

**Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade do Estado do Mato Grosso  
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação - Vol. 39, nº 1 (Jan/Dez) 2023  
ISSN: 2178-7476



**A COMPANHIA DE JESUS E SEU PAPEL NA FORMAÇÃO DE BIBLIOTECAS NO BRASIL  
COLONIAL**

**THE SOCIETY OF JESUS AND ITS ROLE IN THE FORMATION OF LIBRARIES IN COLONIAL  
BRAZIL**

**LA COMPAÑÍA DE JESÚS Y SU PAPEL EN LA FORMACIÓN DE BIBLIOTECAS EN EL BRASIL  
COLONIAL**

**Luiz Felipe Sousa Curvo**

Mestre em Educação pela Unemat  
Doutorando em Antropologia Social pela UFRGS  
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil  
Bibliotecário-Documentalista da FURG  
Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande do Sul, Brasil  
luiz.curvo88@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-0476-5663>

**Maria Luíza Lucas dos Santos**

Mestra em Educação pela Unemat  
Doutoranda em Educação pela UFRGS  
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil  
marialuiza1992s@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-5770-7646>

**RESUMO:** As primeiras escolas e bibliotecas do Brasil surgiram a partir da segunda metade do século XVI e são obras da ação doutrinária das ordens religiosas, em especial da Companhia de Jesus, inserindo-se no contexto do projeto colonial da Coroa Portuguesa. Na trajetória de suas instituições escolares, os jesuítas atuaram na catequização de indígenas e na formação dos colonos pertencentes à elite. Em seus colégios, que tiveram seu apogeu no século XVIII, a escrita e a leitura eram centrais dentro da racionalização pedagógica, contribuindo para o desenvolvimento de importantes coleções de livros com temas variados até a expulsão da Ordem em 1759. Este trabalho cuja metodologia é a pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, possui como objetivo principal analisar as origens e o desenvolvimento das bibliotecas jesuítas no Brasil a partir da práxis educativa e evangelizadora que lhes dava razão de constituição até o seu desmonte promovido pelas reformas pombalinas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil colonial, educação escolar colonial, história das bibliotecas no Brasil, Companhia de Jesus.

**ABSTRACT:** The first schools and libraries in Brazil emerged in the second half of the 16th century, which, in many ways, is a product of the doctrinal actions by religious orders, especially the so-called Society of Jesus, included in the context of the colonial project by the Portuguese Crown. Along the history of these educational institutions, the Jesuits acted in the catechization of indigenous people and in the training of some groups from the elite of society to become settlers. In those schools, which had their heyday in the 18th century, writing and reading were central within the pedagogical rationalization, contributing to the development of important collections of books with varied themes until the expulsion of the Order in 1759. This work whose methodology is the exploratory bibliographical research, had as a main objective, to analyze the origins and development of Jesuit libraries in Brazil from the educational and evangelizing praxis that gave them their reason for constitution until their dismantling promoted by the Pombaline reforms.

**KEYWORDS:** Colonial Brazil, colonial education, history of libraries in Brazil, Society of Jesus.

**RESUMEN:** Las primeras escuelas y bibliotecas de Brasil surgieron en la segunda mitad del siglo XVI y son obras de acción doctrinal de órdenes religiosas, especialmente de la Compañía de Jesús, parte actuante del proyecto colonial de la Corona portuguesa. En la trayectoria de sus instituciones escolares, los jesuitas actuaron en la catequización de los indígenas y en la formación de colonos pertenecientes a la élite. En sus colegios, que e tuvieron su apogeo en el siglo XVIII, la escritura y la lectura fueron centrales dentro de la racionalización pedagógica, contribuyendo al desarrollo de importantes colecciones de libros de variedad temática hasta la expulsión de la Orden en 1759. Esta obra cuya metodología es la Investigación bibliográfica exploratoria, tiene como principal objetivo analizar los orígenes y el desarrollo de las bibliotecas jesuitas en Brasil desde la praxis educativa y evangelizadora que les dio su razón de constitución hasta su desmantelamiento promovido por las reformas pombalinas.

**PALABRAS CLAVE:** Brasil colonial, educación colonial, historia de las bibliotecas en Brasil, Compañía de Jesús.

## INTRODUÇÃO

Pouco se sabe sobre a presença de livros na primeira metade do século XVI no Brasil. Um ponto de partida para a história das bibliotecas no Brasil certamente pode ser definido no ano de 1549, quando se instala em Salvador uma administração aos moldes das companhias orientais. Com eles, chegam também a estas terras padres católicos da Companhia de Jesus, com a missão de catequizar os indígenas na fé cristã e católica (MORAES, 2006).

É no contexto da expansão ultramarina dos recém-formados estados nacionais de Portugal e Espanha e em meio às disputas religiosas que sacudiam as estruturas do continente europeu que Ignácio de Loyola cria a Companhia de Jesus. A missão jesuítica no Brasil colonial tinha como centralidade a valorização da doutrina católica e da tradição luso-europeia. Neste sentido, os jesuítas desenvolveram nas terras “descobertas” um modelo de educação catequética que buscava a expansão do catolicismo em terras além-mar e a reprodução de modelos de comportamento europeus. O ensino dos filhos homens de colonos pertencentes à elite e a catequização de indígenas eram seu principal objetivo, além, claro, de servir aos interesses da Coroa Portuguesa.

Foi em meio aos colégios jesuítas que se formaram importantes acervos bibliográficos que, junto a coleções de outras ordens, serviram de base para a educação escolar no Brasil Colônia. Sendo a leitura e a escrita elementos centrais da racionalização pedagógica, expressos no documento norteador pedagógico *Ratio Studiorum*, os jesuítas logo passaram a formar acervos que possuíam

desde títulos mais simples que subsidiavam o processo de alfabetização, até títulos de nível universitário, com diversidade e abrangência de temas abordados. A prática bibliotecária floresceu com as coleções onde, na virada do século XVI ao XVII, já se faz perceptível um bom número de escolas e colégios jesuítas no extenso território brasileiro, e conseqüentemente, um número significativo de pequenas bibliotecas que tem seu auge no século XVIII. Com as reformas pombalinas, os jesuítas foram expulsos do país, causando um grande revés na cultura escrita e na educação escolar brasileira (MORAES, 2006).

Assim, tem-se como método a pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, definida por Prodanov e Freitas (2013) como o tipo de pesquisa que visa à obtenção de mais informações sobre um assunto que será investigado e que ainda foi pouco explorado, buscando facilitar um novo enfoque para o assunto. Isso envolve o levantamento bibliográfico e documental, como pesquisa em livros e artigos científicos, permitindo a adoção de diferentes ângulos e aspectos no estudo de um tema.

Este trabalho apresenta como objetivo principal analisar o contexto que envolve o surgimento de bibliotecas no Brasil e a práxis educativa e evangelizadora que dava razão ao desenvolvimento destes acervos constituídos no âmbito da educação escolar colonial promovida pelos jesuítas.

## **A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL COLONIAL**

Os jesuítas foram os grandes alicerces da educação escolar no Brasil de 1549 a 1759. A Companhia de Jesus, fundada por Ignácio de Loyola em 1534, tem sua origem no contexto da Reforma Protestante, quando se apresentou como um movimento de reação da Igreja Católica. Os jesuítas tinham por objetivo promover o catolicismo e deter o avanço protestante por meio da educação e da ação missionária. No Brasil, a presença dos jesuítas se configurou a partir de um caráter escolar sob a égide da conquista colonial. Com a liderança do Padre Manoel da Nóbrega, os primeiros jesuítas aportam em Salvador junto ao primeiro governador-geral, Tomé de Sousa e de lá se espalham de norte a sul da costa (PILETTI, C.; PILETTI, N., 2018).

Logo perceberam, apontam Claudino e Nelson Piletti (2018), que o ensino da leitura e da escrita seria uma maneira conveniente de converter os índios à fé católica, onde ensinavam as orações e transmitiam os costumes europeus. Vejamos este trecho da carta de Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, de 10 de abril de 1549, representativo quanto aos instrumentos pedagógicos e às perspectivas e intenções dos evangelizadores:

O Irmão Vicente Rijo ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem escola de ler e escrever; parece-me bom modo este para trazer os índios desta terra, os quais têm grandes desejos de aprender e, perguntados se querem, mostram grandes desejos. Desta maneira ir-lhes-ei ensinando as orações e doutrinando-os na fé até serem hábeis para o baptismo. Todos estes que tratam conosco dizem que querem ser como nós, senão que não têm com que se cubram como nós e este só inconveniente têm. Se ouvem tanger à missa, já acodem e quanto nos vêem fazer tudo fazem: assentam-se de joelhos, batem nos peitos, alevantam as mãos ao Céu; e já um dos principais deles aprende a ler e toma lição cada dia com grande

cuidado e em dois dias soube o ABC todo e o ensinamos a benzer, tomando tudo com grandes desejos. Diz que quer ser cristão e não comer carne humana, nem ter mais que uma mulher e outras coisas, somente que há-de ir à guerra e os que cativar vendê-los e servir-se deles, porque estes desta terra sempre têm guerra com outros e assim andam todos em discórdia. Comem-se uns a outros, digo, os contrários. É gente que nenhum conhecimento tem de Deus, nem ídolos, fazem tudo quanto lhe dizem. Trabalhamos de saber a língua deles e nisto o P. Navarro nos leva a vantagem a todos. Temos determinado ir viver com as aldeias como estivermos mais assentados e seguros e aprender com eles a língua e i-los doutrinando pouco a pouco. Trabalhei por tirar em sua língua as orações e algumas práticas de Nosso Senhor e não posso achar língua (intérprete) que mo saiba dizer, porque são eles tão brutos que nem vocábulos têm. (LEITE, 1954, p. 110, apud CORREIA, 1989, p. 278-279).

Mesmo envolto às contradições da evangelização e da colonização, o jesuíta José de Anchieta, que aportou em terras brasileiras aos 19 anos, deixou um grande legado com sua obra, como descreve Guaracy (2015, p. 111):

Anchieta resistiu e foi de grande valia para os jesuítas, não apenas pela argúcia e persuasão como pela facilidade com que aprendeu a língua dos nativos. Escreveu poemas e um livro de catecismo em tupi para trabalhar com os índios, o Diálogo da Fé, além de A arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil. Escrito em 1555 para instruir novos jesuítas que chegavam ao Brasil por Salvador, foi publicada em Portugal tardiamente, em 1595.

Parte dessa produção bibliográfica do Padre José de Anchieta, tinha como exposto, a função de evangelização, que era o cerne da ação das ordens cristãs no novo mundo. Participou também da criação de colégios como um inaugurado em uma colina próximo aos rios Tamanduateí e Anhangabaú, onde atualmente se encontra o Museu do Pátio do Colégio em São Paulo. Os registros da Ordem Jesuíta citam 360 indígenas catequizados e alfabetizados nas escolas jesuítas em 1559. São constantes nas cartas dos jesuítas os testemunhos do antagonismo de José de Anchieta com os Pajés das aldeias indígenas. De modo a provar a força da fé cristã frente à magia dos rituais que os pajés realizavam sob o ritmo dos maracás, Anchieta costumava percorrer as aldeias com sacos de presentes e remédios, uma nova necessidade desses tempos (GUARACY, 2015). Segundo Bittar e Ferreira Junior (2005), Anchieta desenvolveu também uma forma didática de ensino e evangelização baseado no teatro, na expressão, enquanto instrumento do processo de aprendizado, também muito fundamentado na repetição e memorização.

Para Bittar e Ferreira Junior (2005), não há como dissociar a função evangelizadora dos jesuítas da ação de escolarização com o ensino rudimentar das primeiras letras. Os primeiros padres jesuítas que aportam no Brasil, em 1549, já vieram com a missão expressa de ensinar os meninos índios em estabelecimentos inspirados nas Casas de Confraria portuguesas. Eram as Casas de bê-a-bá, que podiam atuar em estruturas improvisadas. Foram estas Casas de bê-a-bá, inicialmente destinadas a meninos índios e mamelucos, que deram origem aos colégios que iriam posteriormente ensinar aos filhos homens dos colonos, dos funcionários, dos senhores de engenho, colégios que seriam destinados aos brancos pertencentes à elite, excluindo dessa forma toda a população escravizada presente no Brasil.

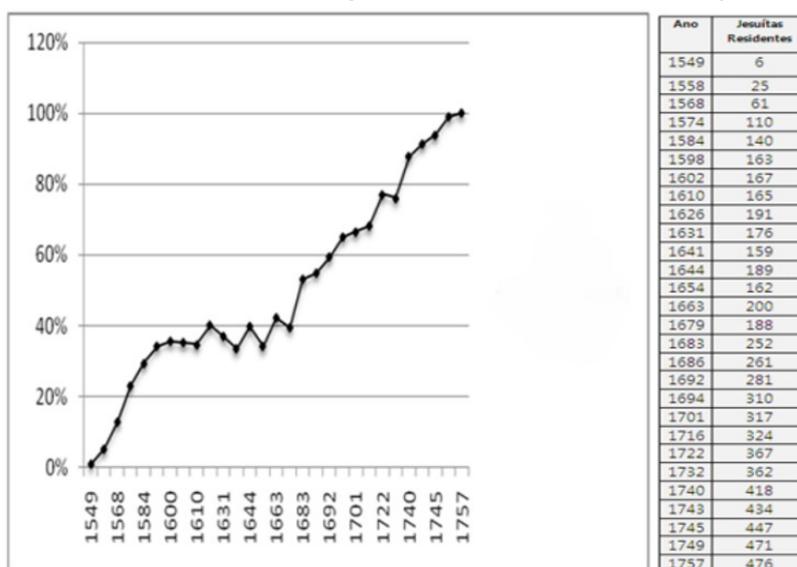
De acordo com Claudino e Nelson Piletti (2018, p. 73):

No ensino das primeiras letras, os jesuítas mostravam grande capacidade de adaptação. Penetravam com igual facilidade na casa-grande dos senhores de engenho, na senzala dos escravos e na aldeia indígena. Em todos os ambientes procuravam orientar na fé jovens e adultos e ensinar as primeiras letras às crianças, adaptando-se às condições específicas de cada grupo. Para o trabalho junto aos índios, aprendiam e ensinavam nos colégios; serviam-se de órfãos vindos de Portugal para atrair mais facilmente as crianças índias e, por meio destas, buscavam conquistar seus pais.

Com o passar do tempo, soma-se ao ensino das letras e da aritmética proposto pelos jesuítas, as formas de expressão da arte, colocando a educação musical como forma importante de evangelização dos indígenas, visto que o canto e a dança eram elementos bem quistos entre os indígenas e bem presente em suas matrizes culturais. Em sua ação missionária, os jesuítas decidiram priorizar a educação de meninos indígenas preparando-os para participar da cerimônia litúrgica. Além disso, essa educação se dava junto a crianças órfãs portuguesas que eram trazidos para a nova colônia com o intuito de aproximar as crianças indígenas da cultura ocidental (AZZI, 1994).

Às mulheres, brancas, índias ou negras, não eram permitidas o ensino escolar. Sabe-se que a iniciativa da escolarização feminina no Brasil parte dos indígenas, que fazem essa solicitação junto aos padres, que as encaminham por carta à Rainha Catarina. Ansiavam os jesuítas em fundar um recolhimento para as mulheres, porém o projeto é rejeitado pela Coroa. A escolarização das mulheres indígenas poderia permitir uma ascensão social a partir da prática do cunhadismo, pois muitos homens portugueses aportavam no Brasil sem parceiras e poderiam criar vínculos com a aldeia pelo casamento. “Dá-se assim um processo de dupla exploração do corpo de mulheres indígenas, as quais eram vistas em função de interesses reprodutores e a exploração social, e em como essas índias poderiam servir econômica e socialmente aos colonizadores” (KRAUSE, C.; KRAUSE, M., 2016, p. 6).

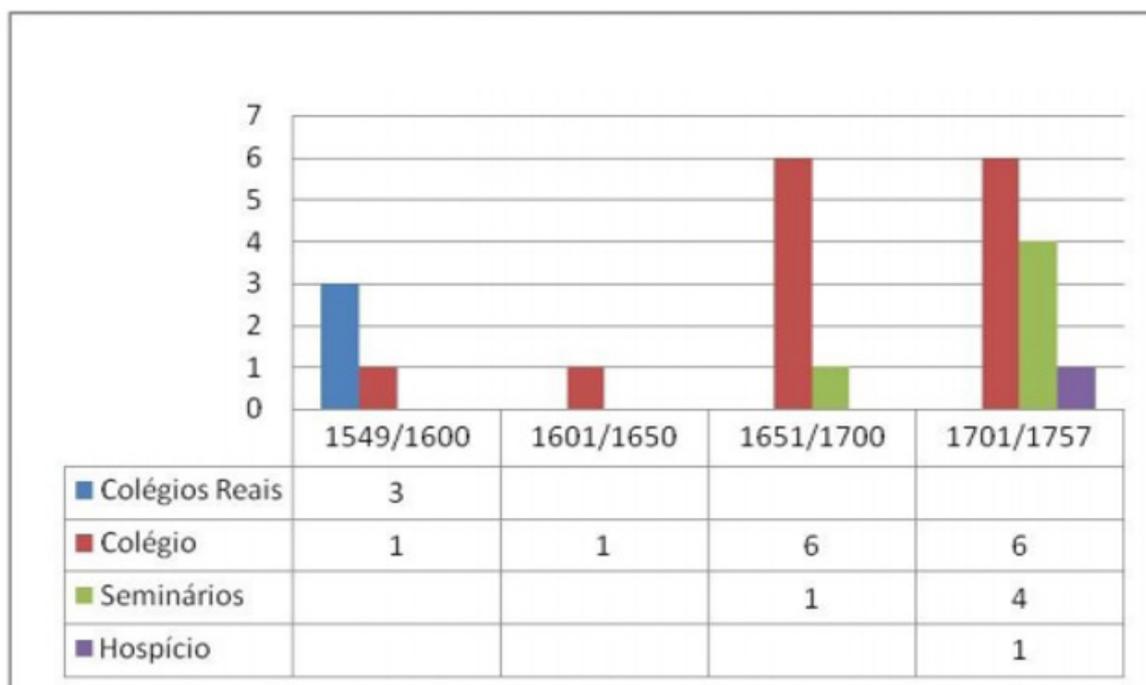
Gráfico 1 – Quantidade de jesuítas residentes no Brasil por ano



Fonte: Oliveira (2014).

Oliveira (2014) organiza o período de presença jesuítica e de sua ação evangelizadora e educacional em quatro estágios distintos. O primeiro, que compreende a chegada dos jesuítas em 1549 até o ano de 1600 (final do século XVI), quando a Companhia de Jesus começa a se estruturar. O segundo estágio, de 1601 a 1650, é marcado pela estabilidade e investimento nos colégios já fundados. As missões se expandiam e atingiam diversas regiões ao norte e ao sul do território colonial e os jesuítas, como um todo, começam a se espalhar e organizar uma rede educativa, ainda que seu número total se mantivesse estável. O terceiro estágio, de 1651 a 1700, tem por marca o reconhecimento da superioridade do projeto jesuítico frente às demais ordens religiosas, além do expressivo crescimento do número de jesuítas, que não cessavam o trabalho de catequização, de modo que “[...] a investida para manter a hegemonia continua, e eles abrem mais colégios” (OLIVEIRA, 2014, p. 93). O quarto estágio compreende 1700 até 1757, ano considerado como auge da estrutura educativa construída pelos jesuítas, ápice de seu projeto de reprodução da cultura europeia. Neste período foram construídos diversos colégios e seminários e até um hospício.

Gráfico 2 – Colégios e seminários jesuítas criados no Brasil dividido por período



Fonte: Oliveira (2014).

Em substituição à educação jesuíta, após a sua expulsão decorrente das Reformas Pombalinas em 1759, foram criadas as aulas régias (Grego, Latim e Retórica), que careciam de currículo, metodologia de ensino, pessoal qualificado, ficando muito aquém do nível alcançado nas escolas jesuítas. De fato, as aulas régias eram atividades isoladas, uma unidade de ensino que atuava de forma autônoma, normalmente com um professor único, não havia currículo ou sistematização. Comparado ao número de colégios jesuítas, as aulas régias eram ínfimas (PILETTI, C.; PILETTI, N.,

2018). Em relação à função educacional e evangelizadora junto aos indígenas, fundamental para vinda dos jesuítas, é importante destacar que apenas com a Constituição de 1988 esses povos tiveram reconhecidos pelo Estado nacional o direito à autodeterminação e a uma educação específica e diferenciada, respeitando suas particularidades culturais (ZOIA; MENDES, 2020).

## **AS BIBLIOTECAS JESUÍTAS**

Na primeira metade do século XVI, eram escassas as quantidades de livros no Brasil, sendo a demanda por livros pouco significativa (MORAES, 2006). Se mesmo Portugal contava na época com poucas tipografias e uma alta taxa de analfabetismo na população, estima-se que rara deveria ser a presença de livros entre os rudes colonos. Rubens Borba de Moraes (2006), em sua obra *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*, afirma que só é possível definir a existência de práticas culturais letradas quando, em 1549, se instala em Salvador o Governo-Geral. Dentre os colonos, havia duas classes que podemos aqui destacar: os magistrados que necessitavam de livros de leis e os sacerdotes com seus livros eclesiásticos.

Os primeiros jesuítas que chegaram à Bahia liderados por Manuel da Nóbrega tinham o objetivo de catequizar os indígenas e ensinar os colonos. Desta forma, estabeleceram-se as ordens religiosas “[...] jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos, principalmente dos padres da Companhia de Jesus que logo após sua chegada abrem colégios na Bahia e em outras capitanias” (MORAES, 2006, p. 4). Muito do que se conhece sobre essa história bibliográfica da ordem jesuíta se deve à obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do Padre Serafim Leite, o que não deve incorrer ao erro de crer que os jesuítas eram os únicos atuando no Brasil e apenas eles dispunham de coleções de livros.

Observando o período colonial do Brasil, em especial na segunda metade do século XVI, percebe-se o papel que a escola possuiu dentro deste projeto colonial, de colonização da subjetividade, proporcionada por meio da educação catequética sobre os indígenas. Quanto às coleções bibliográficas, concordam Moraes (2006) e Bessa Freire (2011) que o mais provável era um difícil acesso por parte dos gentios que aprendiam a leitura e a escrita apenas de forma limitada e com fins religiosos, estando o contato com os livros sempre intermediado pela Companhia de Jesus.

Durante esse início da colonização portuguesa, a Carta de Caminha inaugurou o que se convencionou chamar de literatura informativa sobre o Brasil, dos viajantes ou dos cronistas. Tratava-se de uma bibliografia descritiva denotando a visão, as ambições e as intenções do homem europeu mercantilista em busca de novas terras e riquezas. As escritas se retinham, basicamente, a descrição da terra e do índio, das faunas e floras exuberantes. Como resultado, a demanda literária estava relacionada com informações para os europeus sobre as terras desconhecidas, os costumes dos povos, a viabilidade da colonização, as riquezas encontradas e a necessidade de alfabetizar e evangelizar os colonos e indígenas (RASTELI; CALDAS, 2017).

Os jesuítas traziam consigo muitos livros, mas eram ainda insuficientes para as diversas escolas que foram fundadas em muitos lugares da colônia. Com o tempo os colégios e as bibliotecas foram se estruturando, com livros para os estudantes e para o aperfeiçoamento dos mestres. Assim, em fins do século XVI, os jesuítas já contavam com uma grande biblioteca em Salvador, e outras em menor escala no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e em São Paulo. Boa parte do acervo era formada a partir de doações como é o caso dos livros do eclesiástico Bartolomeu Simões Pereira, que trouxe sua biblioteca, rica em títulos de direito civil e canônico, de Portugal em 1577. Falecido em 1601, deixou boa parte de seus livros para o colégio jesuíta do Rio de Janeiro (MORAES, 2006).

Para Bessa Freire (2011), as primeiras bibliotecas brasileiras eram de uso dos missionários e serviam para a catequese e para os colégios, ainda que seu acesso não fosse restrito aos catequistas. Os jesuítas tinham o costume de alimentar o acervo de suas bibliotecas e utilizavam do excedente da produção agrícola para comprar novos livros que eram fundamentais para os que se estavam iniciando nas letras e no curso de filosofia. Complementa Moraes (2006) que as coleções se equiparavam ao nível universitário, abrangendo nível de conhecimento e temáticas diversas. Silva (2008) aponta inclusive a existência de bibliotecas especializadas em alguns Colégios, como é o caso das farmácias conhecidas como boticas que funcionavam junto aos colégios e possuíam coleções próprias relacionadas à saúde.

Um marco na formação nos colégios destinados aos colonos, o documento *Ratio Studiorum*, foi um plano de estudos implantado pela Companhia de Jesus em 1599. Além do ensino da leitura e escrita, as instituições educacionais jesuíticas ofereciam os cursos de Letras Humanas, Filosofia e Ciências, a nível secundário, e Teologia, destinada à formação para o sacerdócio e compreendida como equivalente ao nível superior. Os estudos de Letras Humanas compreendiam a Gramática Latina, Humanidades e Retórica. O término do curso de Letras Humanas dava direito ao ingresso no curso de Filosofia no qual poderia tomar lições no campo da Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências da natureza. Entre os métodos descritos no *Ratio Studiorum* constam explicitadas o ensino das letras como costume à altura da fé cristã; a presença de orações antes das aulas e missas regulares (PILETTI, C.; PILETTI, N., 2018).

Segundo Oliveira (2014), o *Ratio Studiorum* possui uma racionalidade pedagógica no que diz respeito às suas normas e didáticas que deveriam ser utilizadas como guia máximo na rede educacional criada pelos jesuítas na colônia. Como código pedagógico, o documento representava possibilidade de adaptação à missão evangelizadora jesuíta nos diversos países e lugares, pois sua própria concepção estava ligada à experiência acumulada da Companhia de Jesus desde sua criação. A importância dada ao livro e a biblioteca no projeto educacional jesuíta pode ser constatada neste documento que afirma a necessidade de livros para os estudantes, a preocupação com os recursos que seriam disponibilizados para aquisição destes livros, normas de conduta para manuseio e conservação dos livros, além de recomendações dirigidas aos bibliotecários para a distribuição de

livros, que deveria estar de acordo com as orientações das normas pedagógicas.

Neste sentido, afirma Milanesi (2000), não basta que uma pessoa seja alfabetizada e deseje ler, é preciso que haja livros, jornais e revistas disponíveis para esse leitor, perpassando muitas vezes, um caminho longo entre o desejo do leitor o objeto de leitura, e durante o período colonial podemos afirmar que este caminho era realmente longo. Os livros saíam dos centros urbanos europeus, atravessavam o oceano e ainda tinham que superar muitas vezes a censura e as condições adversas da viagem, para enfim chegarem aos colégios presentes na colônia.

Os entraves ao desenvolvimento da cultura letrada na colônia, imposta pela administração de Portugal, faziam parte do firme propósito de impedir a circulação de ideias novas que pudessem colocar em risco a estabilidade do domínio da Coroa Portuguesa. Além da falta de tipografias e do grande contingente de analfabetos, visto que africanos escravizados e as mulheres eram proibidos de serem alfabetizados, a demanda pelos escritos esbarrava nas censuras exercidas pelo Santo Ofício da Inquisição, pelo Ordinário e pelo Desembargo do Paço. O Santo Ofício e o Ordinário defendiam a Igreja, o Desembargo do Paço, o poder civil (RASTELI; CALDAS, 2017). Moraes (2006) afirma que em 1551 os censores já dispunham de um índice expurgatório: o Rol dos livros defesos, publicados no *Index Librorum Prohibitorum*.

Apesar do cerco aos materiais bibliográficos, estes estavam entre os objetos importados regularmente por contrabando. Os mais cobiçados e censurados, já no avançar do século XVIII, deviam-se aos franceses, especialmente aos dos filósofos do Iluminismo: Voltaire, Montesquieu e Rousseau. Assim, apesar dos rigores da censura, os navios traziam livros e jornais tidos como subversivos (RASTELI; CALDAS, 2017). Além disso, afirma Barbosa (2010) que apesar das proibições de impressões na colônia, isso não impedia a existência de tipografias clandestinas e a circulação de manuscritos com o sentido de fazer proliferar ideias e opiniões. Neste sentido, muitos ex-alunos dos colégios jesuítas formavam pequenas bibliotecas pessoais que serviam na disseminação de ideias, muitas vezes vistas como subversivas (BARBOSA, 2010).

Mesmo com tanta dificuldade, os esforços que se depreenderam para a organização das bibliotecas jesuíticas, demonstram o valor que os livros possuíam para essa ordem. No caso das obras religiosas, vencer essas dificuldades significava uma contribuição à propagação da fé cristã. Já os livros laicos, muito mais raros, caracterizavam-se como uma contribuição ao desenvolvimento humano (MILANESI, 2000).

Por isso, Rasteli e Caldas (2017) afirmam que o contingente de livros com assuntos religiosos era certamente maior que o de livros com outras temáticas. Compunham-se de muitas obras de direito canônico, teologia e dos santos padres. A filosofia era externada principalmente por Tomás de Aquino, Aristóteles e Bacon. Outras áreas como a Matemática, as Ciências, as Ciências Jurídicas e a Geografia também se faziam presentes. Quanto à literatura, destacavam-se clássicos europeus como Camões, Racine e Molière.

Moraes (2006) destaca a presença de bibliotecários na história colonial do Brasil. O autor afirma que o Brasil conteve poucos, mas bons bibliotecários neste período, entre eles o próprio Padre Antônio Vieira, e o padre Antônio da Costa (1647- 1722), francês, que entrou na Companhia de Jesus aos 30 anos e conhecia bem os ofícios ligados ao livro. Dirigiu a biblioteca do colégio da Bahia, e lá organizou um catálogo sistemático, com índice onomástico, sendo por isso, reconhecido como o responsável por criar o primeiro instrumento biblioteconômico no Brasil (MORAES, 2006).

Diante deste cenário, em fins do século XVI e início do século XVII já era possível notar uma vida letrada entre os colonizadores, em especial nas cidades do Nordeste do Brasil. Verifica-se nesta sociedade colonial uma crescente presença de bibliotecas, arquivos e escolas que ajudam a formar uma cultura letrada local. Exemplifica Moraes (2006, p. 5):

Na Bahia, Gabriel Soares de Sousa escreve seu Tratado descritivo do Brasil ou Notícia do Brasil. Em Pernambuco, Bento Teixeira, ex-aluno dos jesuítas, ganha a vida como 'mestre de ensinar moços o latim, escrever e aritmética'. Cristão-novo, nascido no Porto, era homem culto, bastante lido, conhecia as obras de Frei Luís de Granada, Os Lusíadas e possuía a Diana, de Jorge de Montemor, livro proibido pelo Index. Sua linguagem solta levou-o a ser denunciado à Inquisição. Preso, foi remetido para Lisboa onde foi condenado em auto-de-fé. Faleceu em 1600. É autor de um poema, uma Prosopopeia a Jorge Albuquerque Coelho, publicada em 1601. Mas o existirem livros em mãos de particulares não significa muito. Mais significativo é, sem dúvida, o fato de haver homens como Ambrósio Fernandes Brandão, Bento Teixeira, Gabriel Soares de Sousa, Anchieta, Fernão Cardim, Frei Vicente do Salvador e os jesuítas redatores das cartas que enviavam ao geral da Companhia de Jesus. Eram homens capazes de escrever obras literárias, históricas e informativas que já revelam o hábito de consultar livros existentes em bibliotecas e arquivos.

Um importante dado para constatar a crescente destas instituições escolares no Brasil colonial é o número de brasileiros formados na Universidade de Coimbra no século XVII. Dos 353 brasileiros, 175 eram da Bahia, 80 de Pernambuco, 29 do Rio de Janeiro, 6 de São Paulo, 1 da Paraíba e 21 de procedência desconhecida. Muitos haviam começado seus estudos nos colégios jesuítas e utilizado suas bibliotecas de grande qualidade. No século XVIII o Padre Antônio Vieira tece grandes elogios à biblioteca do colégio do Maranhão, que de acordo com Serafim Leite, possuía na biblioteca a capacidade de salvar 5 mil volumes (MORAES, 2006). Moraes descreve algumas bibliotecas de colégios jesuítas (2006, p. 8):

A biblioteca do colégio de Santo Alexandre do Pará, em 1760, tinha mais de 2000 volumes. A do colégio da vigia 1 010 volumes. Diversas outras casas jesuíticas de menor importância tinham o seu milhar de livros. Serafim Leite calcula em 12 000 os livros existentes no Maranhão e no Pará. O colégio do Rio de Janeiro tinha 5 434 volumes em meados do século XVIII. Mas a mais rica de todas estava em Salvador. O teto da suntuosa sala é 'uma das jóias da pintura brasileira'. O painel central (Sapientia aedificavit sibi domum [A sabedoria já edificou a sua casa]) é, incontestavelmente, uma das belas representações da pintura barroca no Brasil. Não há dúvida que lembra as esplêndidas salas que os reis e príncipes europeus mandavam construir e decorar para instalar seus livros e seus cabinets de curiosités. Essa biblioteca, começada modestamente com as obras trazidas pelo Padre Manuel da Nóbrega, em 1549, chegaria a possuir 15 000 volumes quando foram expulsos os jesuítas. É um número considerável para a época.

É importante destacar que em 1700 a população brasileira estava espalhada ao longo da costa brasileira e não passava de 300 mil pessoas, isso incluindo colonos e africanos escravizados. Hallewell (2005) afirma que nesta época a pouca população brasileira não demonstrava interesse na leitura, mesmo com os esforços dos jesuítas. Os colonos investiam seus capitais em escravos e nas aventuras do comércio, e não em móveis, em pinturas ou em livros.

De acordo com Moraes (2006), na ocasião das reformas pombalinas, como ficaram conhecidas as reformas seculares encaminhadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, Primeiro-Ministro de Portugal de 1750 a 1759, foi determinada a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil. Assim, o país sofre um grande baque, pois neste momento, em meados do século XVIII, as bibliotecas dos jesuítas representavam grandes centros de informação e educação para a formação de jovens brasileiros que completariam seus estudos em Portugal. Todos os bens das ordens religiosas foram confiscados, inclusive as bibliotecas.

Livros retirados dos colégios ficariam amontoados em lugares impróprios, durante anos, enquanto se procedia ao inventário dos bens inacianos. Se uma ou outra obra foi incorporada aos bispados, algumas remetidas para Lisboa, a quase totalidade foi dilapidada, roubada ou vendida como papel velho a boticários para embrulhar agüentos. O clima úmido e os insetos deram cabo ao restante. Não foram somente os livros o que o abandono destruiu. A magnífica sala da livraria dos jesuítas em Salvador estava, em 1811, em tão mau estado que só depois de restaurada pôde instalar-se nela a Biblioteca Pública da Bahia (MORAES, 2006, p. 10).

Quando expulsos, em 1759, os jesuítas administravam 36 missões, escolas por grande parte das povoações e aldeias, além de 18 instituições de ensino secundário, entre colégios e seminários, estando presente numa extensa região que incluía a Salvador, Ilhéus, Porto Seguro, Paraíba, Recife, Olinda, Vigia, Belém, Alcântara, São Luís, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente (atual São Paulo), Santos, Paranaguá, Desterro (atual Florianópolis) e Colônia do Sacramento. Em todas se constata a presença de coleções bibliográficas tendo muitas formados bibliotecas de grande qualidade (PILETTI, C.; PILETTI, N., 2018).

De acordo com Silva (2008), em outros países da América Latina, os jesuítas se estabeleceram e foram expulsos, mas as Bibliotecas que foram criadas tiveram destino diferente do que aconteceu no Brasil. Como exemplo das perdas provenientes, podemos citar os livros do Colégio do Maranhão, que em 1761 foram entregues à responsabilidade do bispo diocesano. Algumas décadas depois, em 1831, o Bibliotecário público Padre Antônio Bernardo da Encarnação e Silva já lamentava a situação destes livros, informando ao Presidente da Província que os livros estavam arruinados, não se aproveitando uma única obra completa. Esses livros foram revisitados pelo poeta Gonçalves Dias em 1851, atestando em relatório sua perda total.

Outro exemplo de perda são os 15 mil exemplares da formavam a coleção da Biblioteca do Colégio da Bahia em seu age. Boa parte deste acervo se perdeu e o restante enriqueceu a coleção

da Biblioteca Pública da Bahia, fundada em 1811, mas que em 1817 contava com cerca de 7 mil exemplares, menos da metade do número total da coleção do Colégio. Já a Biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro, ficou abandonada nos primeiros anos após a expulsão dos jesuítas, o que danificou uma grande proporção da coleção. Depois os livros restantes foram dispersados, parte para o Prelado do Rio, parte remetida para Lisboa e ainda alguns foram adquiridos por colecionadores individuais. (SILVA, 2008). Para Serafim Leite (2004, p. 426) “[...] bastaram 15 anos para a ruína da famosa biblioteca do Colégio. Considero que ela seria hoje uma das maiores riquezas culturais da América, se não houvesse solução de continuidade”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo por base as informações discorridas ao longo do texto, podemos destacar a importância dos livros e das bibliotecas dentro do projeto educacional jesuíta. Sendo a Companhia de Jesus uma ordem católica criada no contexto da expansão colonial ibérica e da contrarreforma protestante, ela teve uma grande contribuição ao projeto colonial português, dando-o inclusive legitimidade.

Aportando em terras brasileiras no ano de 1549 e permanecendo até o ano de 1759, quando expulsos em decorrências das reformas pombalinas, os jesuítas foram a grande referência em educação escolar dos tempos coloniais deixando grande legado sociocultural. Em seu trabalho de catequização, formaram diversas instituições educacionais que dispunham muitas delas de grandes coleções bibliográficas que eram utilizadas para consulta.

Encerrava-se assim um longo processo na formação do Brasil nos quais os jesuítas foram os grandes responsáveis pela oferta da educação escolar. Mesmo com as contradições em relação a exclusão das mulheres da alfabetização e a atuação destes junto aos povos indígenas e africano subjugados pelo domínio português, os jesuítas tiveram grande importância para o desenvolvimento de uma cultura letrada na história da educação e das bibliotecas no Brasil, servindo de base para a expansão das letras no país.

## REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. A utilização da música como instrumento de evangelização no Brasil. *Perspectiva Teológica*, n. 26. 1994. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1195>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa. Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. 266 p.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. Casas de bê-a-bá e evangelização jesuíta no Brasil do século XVI. *Revista educação em questão*, v. 22, n. 8, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8362>. Acesso em: 21 jul. 2023.

CORREIA, Celestino. As ordens religiosas, o clero secular, e os leigos na evangelização do Brasil no século XVI. *Revista de Ciências Sagradas da Faculdade de Teologia*, v. 24, 1989. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/theologica/article/view/12754>. Acesso em: 30 set. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

FREIRE, José R. Bessa. ¿Em qué medida es indígena la “biblioteca indígena”? In: *Cuadernos Redplanes: las bibliotecas en las comunidades indígenas*. Unesco, CERLALC, Fundação Biblioteca Nacional. 2011.

GUARACY, Thales. *A conquista do Brasil: 1500-1600*. São Paulo: Planeta, 2015.

HALLEWELL, L. *O Livro no Brasil: sua história*. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2005.

KRAUSE, Cristina da Silva Cacalvanti; KRAUSE, Maico. A educação de mulheres no período colonial brasileiro até o início do século XX: do imbecilitus sexus à feminização do magistério. *VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas, e as Áfricas naPan-Amazônia”*. Universidade Federal do Acre, 2016.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil: Tomo IV*. São Paulo: Loyola, 2004.

MILANESI, L. *Biblioteca*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

OLIVEIRA, Fábio Falcão. *Educação jesuítica; século XVII: Alexandre de Gusmão e o Seminário de Belém da Cachoeira*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2361>. Acesso em: 21 jul. 2023.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. *História da educação: de Confúcio a Paulo Freire*. São Paulo: Contexto, 2018.

RASTELI, A.; CALDAS, R. F. Cultura letrada no Brasil Colonial: bibliotecas, livros e leitura. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, [S. l.], p. 89–104, 2017. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/2839>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SILVA, Luiz Antônio Gonçalves da. As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 13, n. 2, maio/ago. 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362008000200014](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362008000200014). Acesso em: 21 jul. 2023.

ZOIA, Alceu; MENDES, Matilde. Alguns aspectos da luta pela efetivação do direito à autodeterminação do povo indígena Paiter Suruí: a educação, a cultura e a terra. *Revista da Faculdade de Educação da Unemat*, v. 33, n. 1, jan./jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/4794/3679>. Acesso em: 30 set. 2023.

**Recebido em 29/08/2023**

**Aceito em 02/10/2023**